



Votações do Plenário começam com MP de proteção a emprego

Estão previstas para amanhã as análises da medida sobre o programa do governo e sobre o projeto polêmico que tipifica o crime de terrorismo

O Plenário deve começar amanhã as votações da semana pela medida que institui o Programa de Proteção ao Emprego, a MP 680/2015, que está trancando a pauta. O programa permite às empresas em dificuldade financeira diminuir a remuneração e

a jornada de trabalho de empregados em até 30%, assumindo o compromisso de não demiti-los sem justa causa. O governo paga até metade da parcela do salário que o trabalhador deixar de receber, limitada a 65% do teto do seguro-desemprego. O Executivo estima que gastará R\$ 97,6 milhões de

recursos do FAT com o programa, que deve durar até 31 de dezembro de 2017. Após votar a MP, o Senado deve analisar dois projetos que tramitam em regime de urgência: o que tipifica o crime de terrorismo e o que modifica a formação de oficiais da Marinha Mercante. **3**

Projeto sobre terceirização é criticado em Rondônia

Em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos em Porto Velho, na quinta-feira, representantes de sindicatos de trabalhadores, de juízes e do Ministério Público condenaram projeto de lei aprovado pela Câmara que regulamenta a terceirização da mão de obra no país. Para

a representante dos magistrados da Justiça do Trabalho na região, Luzinália Moraes, a proposta ofende princípios constitucionais.

Na sexta-feira, a comissão fez outra audiência sobre o tema, desta vez em Rio Branco. Os encontros para debater o projeto nos estados seguem até maio de 2016. **3**

José Hilde/Assembleia Legislativa de Rondônia



Paulo Paim comanda debate na Assembleia Legislativa de Rondônia: objetivo é ouvir a todos, diz o presidente da CDH

ACONTECEU NO SENADO



Jonas Pereira/Agência Senado - 21/10/2015

Renan preside sessão que votou MP com temas diferentes do texto original

MP aprovada pelo Plenário deve ser a última com "jabutis"

O Plenário aprovou na quarta-feira medida provisória (MP) que flexibilizou licitações na segurança. A MP deve ser a última com "jabutis", emendas com temas estranhos ao objeto do texto. Elas foram proibidas pelo STF. Mas como o acórdão ainda não havia sido publicado na quar-

ta, foi possível aprovar a medida com assuntos diferentes do texto original. A semana também foi marcada por decisão do presidente do Senado, Renan Calheiros, de dar 45 dias para o governo apresentar defesa sobre relatório do TCU que recomendou a rejeição das contas de 2014. **4**

Senado transparente



Funcionários do serviço Alô Senado fizeram 45 mil atendimentos neste ano

Tecnologia facilita participação nas atividades legislativas

Pela internet e por telefone, a sociedade tem utilizado os canais do Senado para participar ao vivo de audiências, solicitar informações, enviar críticas, elogios e até sugerir ideias para projetos. O Alô Senado

recebe 2,8 mil ligações gratuitas por mês. No e-Cidadania, medida provisória sobre a Polícia Federal teve 112 mil manifestações. Na semana passada, os posts no Facebook chegaram a 20 milhões de pessoas. **2**

Biólogo explica avanços de estudo sobre autismo

Sessão especial tem defesa da liberdade de imprensa

O Senado homenageou na sexta-feira os 120 anos do jornal gaúcho *Correio do Povo*. Na sessão foram feitos elogios à atuação independente da publicação e defesa da liberdade de imprensa. Ex-colunista do jornal, o senador Lasier Martins disse que o *Correio* manteve "a altivez nos momentos

mais atribulados da vida política gaúcha". Para mostrar independência, o jornal teve as primeiras edições impressas em papel rosa, cor intermediária entre o vermelho dos maragatos e o branco dos chimangos, grupos que pegaram em armas para disputar o poder no Rio Grande do Sul. **4**



Jefferson Rudy/Agência Senado

Parlamentares e representantes do governo gaúcho e do *Correio do Povo* cantam o hino nacional no início da homenagem

Canais do Senado estimulam interatividade dos cidadãos

Redes sociais na internet, ouvidoria, assessoria de imprensa, atendimento ao usuário e serviço on-line e-Cidadania permitem que a sociedade interaja em tempo real em audiências e até sugira projetos



ATÉ O DIA 20, o Senado havia registrado neste ano 7.418 participações de pessoas de todo o país em audiências, sabatinas e outros eventos interativos das comissões. Foram perguntas e comentários enviados pela internet e por 0800. A participação faz parte do Programa e-Cidadania, criado para estimular a colaboração direta na atividade legislativa. O cidadão pode também sugerir ideias a serem transformadas em projeto, opinar sobre projetos e participar de consultas públicas.

Os resultados são positivos, segundo o chefe do Serviço de Apoio ao Programa e-Cidadania, Alisson Bruno Dias de Queiroz. Ele cita o exemplo da medida provisória sobre a carreira de delegados da Polícia Federal (MP 657/2014), que recebeu 112 mil manifestações, entre opiniões favoráveis e contrárias. E mais de 54 mil pessoas já registraram opinião sobre o projeto que regulamenta a terceirização da mão de obra (PLC 30/2015).



Se o e-Cidadania facilita a participação direta da sociedade, a Ouvidoria é o principal canal para enviar reclamações, críticas, elogios, denúncias e sugestões, além de pedidos de informação. O Alô Senado — nome do serviço da Ouvidoria que responde pelas ligações do 0800 — recebe cerca de 2,8 mil telefonemas por mês, conforme a coordenadora da Ouvidoria, Regina Fontes. Neste ano houve cerca de 45 mil atendimentos, entre pedidos de informação respondidos no ato da ligação e solicitações enviadas pela internet e por carta, que tiveram resposta após pesquisas ou consultas a outras áreas do Senado.

Transparência

Os pedidos amparados pela Lei de Acesso à Informação (LAI) são encaminhados ao Serviço de Informação ao Cidadão. Breno de Lima Andrade, que responde pela área, explica que esse atendimento se chama transparência passiva — atende quando há demandas da sociedade. São comuns pedidos de documentos antigos que ainda não estão na internet e sobre despesas dos senadores e salário dos servidores. Segundo Breno, as respostas são formuladas com os setores envolvidos. Até o final de agosto, foram atendidos 743 pedidos. Desses, 282 (38%) em até um dia.

A Assessoria de Imprensa, por sua vez, responde aos jornalistas sobre assuntos administrativos e institucio-

nais. Segundo o assessor Lucca Fonteles, as demandas são respondidas após discussão com os setores da Casa. Em 2015, até o final de setembro, foram atendidas por e-mail 311 demandas. Além disso, diz Fonteles, são feitos cerca de 100 atendimentos a jornalistas por telefone a cada mês. A Assessoria de Imprensa também responde consultas de jornalistas com base na Lei de Acesso à Informação.

O serviço de atendimento ao usuário do processo legislativo também recebe pedidos diretos. O coordenador de Pesquisa e Informação Legislativa, Antonio José Viana Filho, explica que são solicitações sobre tramitação de projetos, emendas, mudanças na legislação, justificações e outros assuntos. Os questionamentos vêm principalmente de advogados, historiadores, cientistas políticos e sindicalistas.

As redes sociais são outro meio para a sociedade falar com o Senado, que tem perfis no Facebook, Twitter, Tumblr, Instagram e YouTube. Segundo Moisés Nazário, chefe do Serviço de Gestão de Perfis e Conteúdos, do Núcleo de Mídias Sociais do Senado, o cidadão se interessa mais pelas votações de assuntos ligados diretamente a ele, além dos direitos garantidos em lei. O perfil no Facebook já recebeu mais de 677 mil curtidas, e o Twitter tem 243 mil seguidores. No Facebook, o alcance dos posts na semana passada chegou a 20 milhões de pessoas.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

CDH Acúmulo de processos

9h Audiência pública debate o acúmulo de processos no TRF da 1ª Região.

CÓDIGO DA AERONÁUTICA Combustível

10h A comissão de especialistas faz audiência interativa com representantes da Petrobras e especialista em combustível. Às 15h, audiência interativa com representantes de parentes de vítimas de acidentes aéreos.

PLENÁRIO Discursos

14h Sessão não deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores.

DESBUROCRATIZAÇÃO Reunião

14h30 Reunião da Comissão de Juristas da Desburocratização, parte da Agenda Brasil.

SENADO DO FUTURO Cidades

16h30 Audiência interativa sobre "Futuro das cidades e cidades sustentáveis".

TERÇA

CCT Seminário internacional

9h30 A comissão promove seminário internacional Usinas Nucleares: lições da experiência mundial, com participação de especialistas e gestores brasileiros e internacionais.

CMA Caatinga

9h30 PLS 578/2015, que inclui a Caatinga entre as prioridades do Fundo Nacional de Meio Ambiente, é um dos itens da pauta.

CAE Evasão fiscal

10h Audiência interativa avalia medidas contra evasão fiscal anunciadas pela OCDE.

CE Aloizio Mercadante

10h Em audiência pública, o ministro da Educação apresenta prioridades da pasta.

DEBATES TEMÁTICOS Simples Nacional

11h Sessão de debates temáticos discute o regime tributário do Simples Nacional.

MP 684 Marco das ONGs

11h A comissão da MP sobre o Marco Regulatório das ONGs vota relatório.

MP 685 Litígios tributários

14h30 Comissão da MP, sobre redução de litígios tributários, vota relatório.

MP 696 Estrutura do governo

14h30 Audiência debate a MP, que enxuga a estrutura da Presidência da República.

PARLASUL Transporte aéreo

14h30 Representação brasileira no Parlamento do Mercosul avalia projeto que permite operação, no Brasil, de empresas de transporte aéreo de países do Mercosul.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Câncer

14h30 Sessão especial em homenagem ao Outubro Rosa, com debate sobre o direito à prevenção e cura do câncer.

QUARTA

CI Recursos para energia

8h30 A comissão analisa o PLS 371/2015, que destina recursos do FGTS para geração própria de energia em residências.

CAS Cânceres de útero e de mama

9h A comissão faz audiência interativa para discutir prevenção e controle do câncer de colo do útero e de mama no Brasil.

CCT Seminário

9h Continuação do seminário sobre usinas nucleares.

CDR Saneamento

9h A comissão faz audiência interativa sobre a política nacional de saneamento.

CE/CI Cadeirinha no transporte escolar

10h As comissões promovem audiência interativa sobre a exigência de cadeirinha no transporte escolar.

CCJ Cargos em comissão

10h A comissão analisa a PEC 110/2015, que restringe cargos em comissão na administração pública.

CAE Mercado de câmbio

14h A comissão faz audiência interativa para debater a regulação do mercado de câmbio.

CPI DO FUTEBOL Dirigentes

14h30 A CPI do Futebol realiza audiência interativa com presidentes de federações.

MP 696 Nova estrutura de ministérios

14h30 Audiência interativa para instruir a MP que redesenha ministérios e órgãos da Presidência.

QUINTA

CCT/CAS Droga contra o câncer

9h As comissões fazem audiência sobre a fosfoetanolamina, que teria efeito contra o câncer.

CPI DO CARE Depoimentos

9h A CPI ouve o ex-conselheiro João Gruginski e o CEO da Huawei do Brasil, Jason Zhao.

CMMC Matriz energética

10h A comissão faz audiência interativa sobre a matriz energética brasileira.

CRE Acordo Transpacífico

10h A comissão promove audiência pública para debater os efeitos, na economia brasileira, do chamado Acordo Transpacífico.

SESSÃO ESPECIAL Roberto Marinho

11h Sessão especial para entrega do Prêmio Jornalista Roberto Marinho de Mérito Jornalístico.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 9h, **audiência pública da Comissão de Direitos Humanos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Proteção ao emprego tem prioridade no Plenário

Medida provisória sobre programa do governo é o primeiro item da pauta, seguida por dois projetos em regime de urgência, sobre crime de terrorismo e oficiais da Marinha Mercante

AS VOTAÇÕES NO Plenário do Senado nesta semana deverão começar pela medida que institui o Programa de Proteção ao Emprego (PPE), iniciativa do governo federal para conter as demissões na iniciativa privada. A MP 680/2015 está trancando a pauta. Dois projetos em regime de urgência também devem ser apreciados nos próximos dias, sobre terrorismo e formação de oficiais da Marinha Mercante.

O Programa de Proteção ao Emprego permite às empresas em dificuldade financeira diminuir a remuneração e a jornada de trabalho de empregados em até 30%, mediante o compromisso de não demiti-los sem justa causa. Nesses casos, o governo paga até metade da parcela do salário que o trabalhador deixar de receber, limitada a 65% do teto do seguro-desemprego — o que corresponde hoje a R\$ 900,85. Para isso, utiliza os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

O governo estima que gastará R\$ 97,6 milhões de recursos do FAT com o programa e argumenta que o PPE possibilitará preservar empregos e reduzir os custos das empresas. A maior economia virá da eliminação de custos que as empresas teriam com indenizações trabalhistas e, futuramente, com a contratação e o treinamento dos profissionais que precisarão

ser incorporados aos seus quadros quando o país voltar a crescer.

Se não for aprovada, a MP perderá a validade em 3 de novembro. O texto aprovado na Câmara dos Deputados amplia de 12 para 24 meses o tempo que as empresas habilitadas podem permanecer no programa. O relatório estendeu também o prazo final de adesão ao PPE, de 31 de dezembro de 2015 para a mesma data em 2016.

O programa tem caráter temporário, e a extinção está marcada para 31 de dezembro de 2017.

Urgência

Dois projetos da Câmara, ambos com urgência, também aguardam decisão do Plenário. Um deles é o PLC 101/2015, que tipifica o crime de terrorismo e já teve a votação adiada dez vezes, por falta de acordo entre as bancadas. Os líderes partidários devem se reunir antes da sessão de amanhã para buscar um consenso. Alguns senadores consideram o texto muito restritivo.

Para Lindbergh Farias (PT-RJ), há uma “zona cinzenta” que pode criminalizar os movimentos sociais. O senador usou exemplos de leis antiterrorismo da Inglaterra e dos Estados Unidos — que permitiram o envio de pessoas sem direito a julgamento para as bases de Belmarsh, na Inglaterra, e Guantánamo, em Cuba —

para demonstrar as consequências negativas de uma legislação mal construída.

O relator do projeto, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), garantiu que a versão final da lei terá regras claras e não impedirá manifestações populares. O Senado considera que o Brasil fica vulnerável por não ter ainda uma lei específica de punição ao terrorismo.

O segundo projeto faz alterações na formação de oficiais da Marinha Mercante. O PLC 120/2015 estabelece pré-requisitos básicos para ingresso nos cursos e modifica regras referentes às empresas de navegação que atuam sob a supervisão da Marinha Mercante.

Outros temas

Entre os outros projetos na pauta, dois promovem alterações no Código de Defesa do Consumidor.

O substitutivo ao PLS 281/2012 trata do comércio eletrônico e o substitutivo ao PLS 283/2013 traz normas de proteção ao superendividamento. Os dois textos serão submetidos a votação em turno suplementar no Plenário, última etapa para seguirem para a análise dos deputados.

A PEC 24/2012, que institui o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública, passará pela terceira sessão de discussão. São necessárias cinco antes da votação em primeiro turno.



No debate em Porto Velho, Paim (C) disse que o texto revoga direitos trabalhistas

Audiência em Rondônia reforça críticas a projeto sobre terceirização

O projeto de lei que regulamenta o trabalho terceirizado no país (PLC 30/2015) foi criticado pela maioria dos participantes de audiência pública feita pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) em Porto Velho, na quinta-feira. Os participantes aprovaram uma carta contra a proposta.

O presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), também condenou o projeto. O senador disse considerar o texto um “retrocesso na relação entre empregados e patrões”. Ele reconheceu que o país vive uma crise econômica, mas ressaltou que a proposta “revoga direitos do trabalhador”. Paim afirmou que, a cada 100 reclamações trabalhistas na Justiça, 80 são de terceirizados.

A presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 14ª Região, Luzinália Moraes, disse que o projeto ofende princípios constitucionais e preocupa por permitir a contratação de terceirizados na atividade-fim:

— Nós dizemos não à terceirização. Terceirizados recebem em média 30% a menos e têm menos direitos trabalhistas.

A procuradora do trabalho Marielle Cardoso destacou possíveis consequências da aprovação da

proposta. Uma delas seria colocar os custos sociais “nos ombros do trabalhador”.

— O terceirizado é um contratado celetista, mas com direitos esvaziados. É preciso dizer não à precarização ao trabalho — disse.

Para o presidente da CUT em Rondônia, Itamar Ferreira, a aprovação do projeto vai ao encontro do pensamento do empresário brasileiro que quer “transformar o trabalhador em mão de obra chinesa”.

O superintendente da Federação das Indústrias do Estado de Rondônia, Gilberto Baptista, argumentou que a terceirização não é o “bicho de sete cabeças que estão pintando”. Ele disse ser necessária a regulamentação para evitar a insegurança jurídica. Segundo Baptista, o índice de terceirização na indústria é de 54%.

— Nós da indústria somos a favor da regulamentação da terceirização — afirmou.

O debate integra um conjunto de reuniões feitas pela comissão em todo o país para discutir a proposta. Na sexta-feira, o encontro foi em Rio Branco. As audiências prosseguem até maio de 2016.

— Ouvindo a todos, vamos construindo nossa proposta — afirmou Paim.

Debate revela pesquisa sobre processo cerebral do autista

O autismo ainda não tem cura nem existe medicamento específico para o tratamento. Mas, pelo menos em um laboratório da Universidade do Sul da Califórnia, o uso de drogas experimentais em neurônios de autistas tem conseguido reverter o funcionamento a níveis de normalidade. A façanha foi apresentada pelo biólogo brasileiro Alysso Muotri, pesquisador do Instituto Salk para Estudos Biológicos, da Califórnia, em audiência pública da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) na quinta-feira.

Segundo explicou Muotri, a simples comparação de neurônios típicos com os de indivíduos autistas não revela grandes diferenças. As peculiaridades só vêm à tona com a análise microscópica, que revela a baixa densidade

de espinhas neuronais nos autistas, justamente as protuberâncias onde se processam as sinapses (conexões entre os neurônios).

— A gente observa que o número de sinapses é muito menor nos autistas. O mais interessante é que, quando a gente resolveu tratar esses neurônios derivados de autistas com drogas experimentais,

conseguiu obter uma reversão completa. Eles passaram a ser indistintos do grupo-controle (neurônios típicos), mostrando que o autismo pode ser reversível, pelo menos em nível celular e molecular — comentou o pesquisador.

Uma das drogas testadas com sucesso nessa reversão neuronal foi a IGF1 (fator de crescimento de insulina).



Alysso Muotri conduz estudos sobre o distúrbio em universidade na Califórnia

Muotri revelou que a exposição de neurônios de autistas ao IGF1, por duas semanas, conseguiu reverter o número de sinapses para próximo da normalidade.

— A gente busca, agora, diferentes químicos ou medicamentos que sejam úteis para autismo e diferentes formas de epilepsia — informou.

A falta de um modelo ideal para testes é o que tem dificultado, segundo o pesquisador, a busca por um medicamento específico para tratamento do autismo e outras doenças neurológicas. Modelos disponíveis para estudos — cérebros de autistas mortos e de animais — não rendem os resultados esperados, seja porque os experimentos não prosperam em cérebros compostos por células mortas, seja porque a estrutura do cérebro animal

difere muito da humana.

Um modelo que seria promissor é a reprogramação de células-tronco humanas para transformação em células neuronais. A equipe do biólogo tem criado minicérebros humanos a partir dessas células: — Colocamos esses minicérebros em cima de chips, com eletrodos, para capturar o sinal elétrico vindo dos neurônios. Assim, conseguimos comparar minicérebros derivados de crianças autistas com os de crianças normais. Isso permite testar doses de medicamentos nesses minicérebros antes de testar no paciente.

O autismo é uma disfunção neurológica, advinda de fatores genéticos e ambientais, que compromete basicamente a linguagem, o comportamento e a interação social. Afeta 1% da população mundial.

Parlamentares defenderam a liberdade de expressão em sessão especial na sexta-feira para celebrar os 120 anos do *Correio do Povo*, fundado em Porto Alegre seis anos após a Proclamação da República

Defesa da imprensa livre marca homenagem a jornal

O SENADOR LASIER Martins (PDT-RS) defendeu a liberdade de imprensa ao participar na sexta-feira de sessão especial em homenagem aos 120 anos do jornal *Correio do Povo*, de Porto Alegre, completados em 1º de outubro. Em todo esse tempo, o *Correio* ficou apenas dois anos sem ser publicado, tornando-se um dos jornais de maior circulação no estado, segundo a Associação Nacional de Jornais.

O *Correio do Povo* foi fundado pelo jornalista Francisco Antonio Vieira Caldas Júnior em 1º de outubro de 1895, seis anos depois da Proclamação da República e sete após a abolição da escravatura.

Na época, o Rio Grande do Sul tinha duas grandes forças políticas: os maragatos, que se identificavam com lenços vermelhos no pescoço, e os chimangos, com lenços brancos. Para provar a independência do jornal, as primeiras edições foram impressas em papel rosa, o que fez com que ele ficasse conhecido como “róseo”.

Por muito tempo, escritores famosos no estado e no país tiveram presença certa no jornal. Entre eles, Machado de Assis, Erico Verissimo e Mario Quintana.

Autor do requerimento de homenagem e colunista esportivo do *Correio* entre 1976 e 1984, Lasier disse que até hoje o jornal tem se voltado ao bom jornalismo, “informando seu público leitor, propiciando formação de opiniões, cultivando os mesmos valores e mantendo a altivez e a independência nos momentos mais atribulados da vida política gaúcha”.

O senador lembrou que a história do jornal está contada em dois livros — *Um Século*



Ex-colunista do *Correio*, o senador Lasier Martins discursa na sessão especial

de *Poder e Correio do Povo: a primeira semana de um jornal centenário*.

— O jornal ganhou um novo projeto gráfico, mas a linha editorial segue a mesma pelo grupo Record. O *Correio do Povo* é o Rio Grande do Sul falando com o povo gaúcho — afirmou Lasier.

Cidadania

O deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS) disse que o fundador, Caldas Júnior, foi ousado e corajoso, sempre buscando a liberdade de imprensa e “ouvindo todos os lados na conturbada, disputada e aguerrida política gaúcha do passado”.

A deputada Maria do Rosário (PT-RS) disse que o *Correio* é um “espaço de cidadania, direitos e promoção de valores humanos”. Ela afirmou que a história do jornal se confunde com a história da República e que a publicação “embala o sentimento gaúcho de um Brasil democrático, mantendo-se como um veículo de comunicação equilibrado e presente na vida da população e na defesa da democracia”.

Ex-presidente da OAB no Rio Grande do Sul, Claudio Lamachia afirmou que o jornal é um patrimônio do

estado por sempre ter mantido uma estreita parceria com os advogados gaúchos.

O diretor-executivo do *Correio do Povo*, Cleber Nascimento Dias, agradeceu a homenagem e disse que o jornal foi fundado por um jornalista visionário, com a adesão valiosa de jornalistas locais, entre eles o negro Paulino Azurena, poucos anos após a abolição da escravatura.

— O *Correio do Povo* é um companheiro inseparável dos gaúchos e da história do estado, noticiando em suas páginas os principais acontecimentos do Rio Grande do Sul, do Brasil e do mundo. Uma geração de leitores e de anunciantes fez parte de uma história vitoriosa, de um empreendimento que marcou o panorama sulino em três séculos, com credibilidade e apostando na tecnologia.

O ex-senador e representante do governo de Roraima em Brasília, Mozarildo Cavalcanti, destacou a importância da publicação para o povo gaúcho e o Brasil. Também participaram da homenagem o senador Wellington Fagundes (PR-MT) e o chefe do escritório de representação do governo do Rio Grande do Sul em Brasília, Otaviano Fonseca.

Dilma veta compulsória de servidor aos 75 anos

Em mensagem publicada no *Diário Oficial da União*, a presidente Dilma Rousseff vetou integralmente projeto de lei complementar de José Serra (PSDB-SP) que elevava para 75 anos a aposentadoria compulsória dos servidores públicos. Ela alega que o tema é de iniciativa privativa do presidente da República, sendo o texto inconstitucional.

“Ouvidos, os Ministérios da Justiça, da Fazenda, do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Trabalho e Previdência Social manifestaram-se pelo veto ao projeto de lei

complementar”, afirma Dilma na mensagem dirigida ao presidente do Senado, Renan Calheiros. O veto agora será submetido à deliberação do Congresso.

Em maio deste ano, o Congresso promulgou emenda constitucional elevando de 70 para 75 anos a idade para a aposentadoria compulsória dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), dos demais tribunais superiores e do Tribunal de Contas da União (TCU).

Em seguida, acatando a proposta de Serra (PLS 274/2015

— Complementar), a Câmara e o Senado aprovaram a extensão do novo limite a todo o serviço público, enviando o texto em seguida para sanção presidencial. Na defesa do projeto, Serra disse que a iniciativa representava um jogo de soma positiva, com vantagens para o servidor e para as finanças públicas.

De acordo com o senador, a aplicação dessa regra no poder público resultaria numa economia de R\$ 1 bilhão ao ano. “É uma diminuição dos gastos dos governos lenta, firme e segura”, diz.

ACONTECEU NO SENADO



Senadores comemoram aprovação de MP que incluiu diferentes temas

Última MP com “jabutis” é aprovada e vai a sanção

■ O Senado aprovou quarta-feira o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) em licitações e contratos na segurança. A votação do PLV 17/2015 foi possível porque não havia sido publicado o acórdão do STF que proibiu a inclusão de temas estranhos ao objeto principal das medidas provisórias, os chamados “jabutis”. O texto vai a sanção presidencial.

SENADO DÁ 45 DIAS PARA GOVERNO EXPLICAR CONTAS

■ Um despacho do presidente do Senado, Renan Calheiros, na quarta-feira, deu 45 dias para o governo enviar explicações à Comissão Mista de Orçamento sobre recomendação do TCU pela rejeição das contas de 2014.

MAIS DOIS PROJETOS DA AGENDA BRASIL AVANÇAM

■ Também na quarta, a Comissão do Desenvolvimento Nacional aprovou dois textos da Agenda Brasil, tratando do Fundo Penitenciário Nacional (PLS 25/2014 — Complementar) e do Fundo Nacional de Segurança (PLS 72/2014).

EM CPI, DIRIGENTES PEDEM ATENÇÃO PARA CLUBE PEQUENO

■ A CPI do Futebol recebeu na quarta os presidentes de sete federações estaduais. Os dirigentes pediram legislação flexível para clubes pequenos e mais garantias financeiras para alavancar os investimentos nas categorias de base. Eles defenderam ainda os campeonatos estaduais e a atual gestão da CBF.

CCJ: PENA MAIOR PARA QUEM EXPLODIR CAIXA ELETRÔNICO

■ A pena para condenados por explosão de caixa eletrônico poderá ser de 3 a 8 anos de prisão. A medida, aprovada na Comissão de Constituição e Justiça na quarta, consta de substitutivo de Romero Jucá (PMDB-RR) ao PLC 24/2015.



Pedro Franco/Agência Senado



Vanessa Grazziotin/Agência Senado

NOVO PISO PARA PROFESSOR PASSA EM COMISSÃO

■ A Comissão de Educação aprovou terça-feira o projeto (PLS 114/2015) de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) que aumenta o piso nacional dos professores da rede pública de educação básica, que deverá passar de R\$ 1.917,78 para R\$ 2.743,65 por mês.



Marcos Oliveira/Agência Senado — 20/10/2015

VEÍCULOS ELÉTRICOS E HÍBRIDOS PODEM TER ISENÇÃO DE IPI

■ Na terça-feira, a Comissão de Meio Ambiente (CMA) aprovou projeto (PLS 174/2014) que isenta por até 10 anos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) veículos elétricos a bateria ou elétricos híbridos a etanol, de fabricação nacional. A proposta será analisada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).



Marcos Oliveira/Agência Senado

DISPENSA DE VISTO NOS JOGOS VAI A PLENÁRIO

■ As Comissões de Desenvolvimento Regional e de Relações Exteriores aprovaram na quinta o PLC 149/2015, que dispensa visto para estrangeiros nos Jogos Olímpicos. A proposta, relatada na CDR por Lídice da Mata (PSB-BA), seguiu ao Plenário.

FALTA DE INSUMOS AMEAÇA PRODUÇÃO, APONTA DEBATE

■ Em audiência da Subcomissão do Setor de Mineração, presidida por Wilder Moraes (PP-GO), representantes do setor de insumos para agropecuária pediram políticas de apoio à produção de minerais para adubação no país.



Wilder Moraes/Agência Senado